



Colégio

00001

Sala

0001

Ordem

0001

Setembro/2018



**CÂMARA
LEGISLATIVA**
DISTRITO FEDERAL

Concurso Público para provimento de vagas de **Consultor Técnico-Legislativo** **Categoria Analista de Sistemas – Área 2**

Nome do Candidato

Caderno de Prova 'C33', Tipo 001

Nº de Inscrição

MODELO

Nº do Caderno

TIPO-001

Nº do Documento

0000000000000000

ASSINATURA DO CANDIDATO

**PROVA
OBJETIVA**

**Conhecimentos Gerais
Conhecimentos Específicos**

INSTRUÇÕES

Quando autorizado pelo fiscal de sala, transcreva a frase ao lado, com sua caligrafia usual, no espaço apropriado na Folha de Respostas.

Foque atenção e esforços positivos para atingir o que almeja.

- Verifique se este caderno:
 - corresponde a sua opção de cargo.
 - contém 60 questões, numeradas de 1 a 60.Caso contrário, solicite imediatamente ao fiscal da sala a substituição do caderno. Não serão aceitas reclamações posteriores.
- Para cada questão existe apenas UMA resposta certa.
- Leia cuidadosamente cada uma das questões e escolha a resposta certa.
- Essa resposta deve ser marcada na FOLHA DE RESPOSTAS que você recebeu.

VOCÊ DEVE

- Procurar, na FOLHA DE RESPOSTAS, o número da questão que você está respondendo.
- Verificar no caderno de prova qual a letra (A,B,C,D,E) da resposta que você escolheu.
- Marcar essa letra na FOLHA DE RESPOSTAS, conforme o exemplo: (A) ● (C) (D) (E)

ATENÇÃO

- Marque as respostas com caneta esferográfica de material transparente de tinta preta ou azul. Não será permitida a utilização de lápis, lapiseira, marca texto ou borracha durante a realização da prova.
- Marque apenas uma letra para cada questão. Será anulada a questão em que mais de uma letra estiver assinalada.
- Responda a todas as questões.
- Não será permitida qualquer consulta ou comunicação entre os candidatos, nem a utilização de livros, códigos, manuais, impressos ou quaisquer anotações.
- A duração da prova é de 3 horas para responder a todas as questões objetivas e preencher a Folha de Respostas.
- Ao término da prova, chame o fiscal da sala e devolva todo o material recebido.
- É proibida a divulgação ou impressão parcial ou total da presente prova. Direitos Reservados.



Fundação Carlos Chagas

**CONHECIMENTOS GERAIS****Língua Portuguesa**

Atenção: Para responder às questões de números 1 a 6, baseie-se no texto abaixo.

O tempo nos nossos tempos

O espaço e o tempo são categorias básicas da existência humana. E, no entanto, raramente discutimos o seu sentido; tendemos a tê-los por certos e lhes damos atribuições do senso comum ou autoevidentes. Registramos a passagem do tempo em segundos, minutos, horas, dias, meses, anos, décadas, séculos e eras, como se tudo tivesse o seu lugar numa única escala temporal objetiva. Embora o tempo na física seja um conceito difícil e objeto de contendas, não costumamos deixar que isso interfira no nosso sentido comum do tempo, em torno do qual organizamos nossa rotina diária. Reconhecemos, é verdade, que os nossos processos e percepções mentais podem nos pregar peças, fazer segundos parecerem anos-luz ou horas agradáveis passarem com tanta rapidez que mal nos damos conta. Também podemos reconhecer o fato de diferentes sociedades (ou mesmo diferentes subgrupos) cultivarem sentidos de tempo bem distintos.

Na sociedade moderna, muitos sentidos distintos de tempo se entrecruzam. Os movimentos cíclicos e repetitivos (do café da manhã e da ida ao trabalho a rituais sazonais como festas populares e aberturas de temporadas esportivas) oferecem sensação de segurança num mundo em que o impulso geral do progresso parece ser sempre para frente e para o alto – na direção do firmamento do desconhecido.

Quando o sentido do tempo como progresso é ameaçado pela depressão ou pela recessão, pela guerra ou pelo caos social, podemos nos reassegurar (em parte) com a ideia do tempo cíclico como um fenômeno natural a que devemos forçosamente nos adaptar ou recorrer a uma imagem ainda mais forte de alguma propensão universal estável, como contraponto perpétuo do progresso. E, em momentos de desespero ou de exaltação, quem entre nós consegue impedir-se de invocar o tempo do destino, do mito, dos deuses?

(HARVEY, David. **Condição pós-moderna**. Trad. Adail Ubirajara Sobral e Maria Stela Gonçalves. São Paulo: Loyola, 1993, p. 187-188)

1. Em relação ao sentido do tempo, deve-se notar que
 - (A) prevalece o senso comum de que o tempo é cíclico e relativo, não cabendo arbitrar nada de decisivo em relação a ele.
 - (B) persiste, do início da história humana aos nossos dias, a ideia de que a passagem do tempo oferece em si mesma uma sensação de segurança.
 - (C) se atribui aos eventos ritualísticos a propriedade de negar o sentido do tempo como movimento cíclico ou repetitivo.
 - (D) conceitua-se na física o tempo como um fenômeno complexo, haja vista as perspectivas em disputa.
 - (E) se abandonou, modernamente, a visão antiga pela qual se atribuía ao tempo o poder mítico de consolar-nos de nossas dores.

2. Afirma-se,
 - (A) no primeiro parágrafo, que a percepção rotineira que temos do tempo pode ser enganosa, uma vez que ela se estabelece segundo disposições subjetivas.
 - (B) no segundo parágrafo, que, apesar da modernidade, prospera uma compreensão do tempo que o torna o avesso de um progresso linear.
 - (C) no terceiro parágrafo, que os momentos históricos de depressão ou recessão econômica propiciam maior objetividade na compreensão do tempo.
 - (D) nos dois primeiros parágrafos, a ideia essencial de que o tempo é um fenômeno simples e natural, apesar de nossas percepções em contrário.
 - (E) nos dois últimos parágrafos, que os festejos comemorativos das estações climáticas simbolizam a fé que temos na generosidade do tempo natural.



3. Considerando-se o contexto, traduz-se adequadamente o sentido de um segmento do texto em:
- (A) *lhes damos atribuições do senso comum* (1º parágrafo) = impingimos-lhes qualidades mais simples.
 - (B) *nossos processos e percepções mentais podem nos pregar peças* (1º parágrafo) = nossos preceitos e poderes mentalizados podem nos iludir.
 - (C) *sentidos distintos de tempo se entrecruzam* (2º parágrafo) = acepções cronológicas diversas se interpõem.
 - (D) *é ameaçado pela depressão ou pela recessão* (3º parágrafo) = é prejudicado pela proeminência ou pelo recolhimento.
 - (E) *podemos nos reassurar (em parte) com a ideia* (3º parágrafo) = somos capazes de nos reassentar (parcialmente) com o conceito.
-
4. Ao caracterizar o que chama de *nosso sentido comum do tempo* (1º parágrafo), o autor faz ver que
- (A) o modo habitual como entendemos o tempo da rotina impede-nos de reconhecer as ilusórias percepções que advêm dessa compreensão.
 - (B) os vários sentidos que a física reconhece como atributos do tempo são determinantes para que compreendamos a sucessão da rotina.
 - (C) a escala temporal que nos permite dividir o tempo em unidades convencionais é decisiva na organização da nossa rotina cotidiana.
 - (D) a rotina dentro da qual vivemos a nossa divisão do tempo impede em definitivo que reconheçamos as rotinas de outros grupos sociais.
 - (E) as percepções que experimentamos no tempo da rotina tornam-se uniformes por causa das divisões mecânicas a que o submetemos modernamente.
-
5. Está clara, coesa e correta a **redação** deste livre comentário sobre o texto:
- (A) Basta estarmos submetidos à paixões, que se usa variar, sem que notemos as percepções que alimentamos em relação à passagem do tempo.
 - (B) Não nos parece de todo mal sentir o fenômeno da diversidade do tempo, segundo hajam variantes em nossas emoções e estados mentais.
 - (C) Confiamos que os ritos festivos sirvam para expressar nosso desejo para que a repetição do tempo propicie o conforto psicológico dos hábitos.
 - (D) Não há quem já não tenha experimentado, vez ou outra, a força com que em cada estado emocional se impõe uma distinta percepção do tempo.
 - (E) Constam entre as características da modernidade a facilidade com que admitimos que os fatos sejam sempre progressivos, conquanto estimulantes.
-
6. Há forma verbal na voz passiva e pleno atendimento às regras de concordância na frase:
- (A) Reconhecem-se a natureza e a qualidade do tempo segundo as disposições emocionais a que se esteja submetido.
 - (B) Não hão de se evitar que nossos estados emocionais atuem decisivamente sobre as nossas percepções do tempo.
 - (C) Tanto nos vem marcando os ritmos do progresso a qualquer custo que nossa compreensão do tempo nunca se contrapõem a eles.
 - (D) Mesmo as ações da rotina simples, como tomar café ou ir ao trabalho, deixa-se marcar por bem determinada qualificação do tempo.
 - (E) Entre as várias assertivas do texto figuram, já ao final dele, a de que os antigos ritos e mitos ainda exercem sua força sobre nós.



Atenção: Para responder às questões de números 7 a 12, baseie-se no texto abaixo.

Leis da natureza, leis dos homens

As leis gerais da natureza, até onde sabemos, são imutáveis e irrecorríveis, capitaneadas todas por sua Lei maior, a que faz nascer, viver e morrer. Parte da natureza, os homens – não se sabe se por mérito próprio ou por mais um atendimento às determinações naturais – destacaram-se dos demais viventes por desenvolver atributos e habilidades que lhes permitiram associar experiências, produzir conhecimento, desenvolver e articular linguagens. Seres de natureza sociável, logo sentiram a necessidade de estipular princípios de comportamento que tornassem a vida de todos mais protegida e mais colaborativa. Nasceram assim os rudimentos de uma legislação primitiva, transmitida nos gestos da tradição e nos valores passados de boca em boca. Com a escrita, esses dispositivos fixaram-se, formalizaram-se em códigos, criados e administrados por especialistas e referendados pelo poder constituído.

Ao contrário do que ocorre com as leis naturais, as humanas não são nem imutáveis nem irrecorríveis. Elas estão permanentemente convocadas para responder ao envelhecimento e ao nascimento dos valores sociais, e abrem espaço para que sejam interpretadas em meio a demandas e conflitos. É missão das leis assegurarem aos homens princípios de civilidade, em distribuição justa e equilibrada dos direitos e deveres. É missão dos legisladores – seja no âmbito influente dos estudiosos do Direito doutrinário, seja no âmbito decisivo dos parlamentares das diferentes casas legislativas – constituírem a melhor formalização possível das leis que venham a reger os interesses essenciais de uma comunidade. A expressão “democrática distribuição da justiça” é o princípio regente, sem o qual ficam os homens abandonados a algum poder discricionário, quando não tirânico e ditatorial. Sem as leis humanas, vigorariam os princípios básicos – segundo alguns, “bárbaros” – dos instintos naturais. Sabemos que a barbárie jamais foi de todo afastada da História, mas sempre podemos perguntar o que seria de nós sem a busca e determinação dos princípios que vão garantindo, de qualquer modo, a escalada da civilização.

(MOURINHO, Geraldo Tomé, inédito)

7. Os atributos de imutabilidade e irrecorribilidade, conforme dispõe o 2º parágrafo do texto,
- (A) constituem-se, com rigor, no âmbito da natureza e encontram sua projeção nos primeiros códigos legislativos.
 - (B) confrontam os direitos básicos do homem, razão pela qual são evitados até mesmo nos casos de um governo discricionário.
 - (C) relativizam-se no plano geral da natureza, quando ocorrem fenômenos incontroláveis e mutações inéditas.
 - (D) são considerados índices da barbárie que predominava nas sociedades cujo poder central era incontrastável.
 - (E) estão excluídos das legislações que abrem espaço para a atualização dos princípios e a interpretação das leis.
-
8. No contexto do 2º parágrafo, há uma clara oposição entre estes dois segmentos:
- (A) *ao envelhecimento e ao nascimento dos valores sociais // interpretadas em meio a demandas e conflitos.*
 - (B) *estudiosos do Direito doutrinário // parlamentares das diferentes casas legislativas.*
 - (C) *melhor formalização possível das leis // interesses essenciais de uma comunidade.*
 - (D) *algum poder discricionário // distribuição justa e equilibrada dos direitos e deveres.*
 - (E) *“democrática distribuição da justiça” // vão garantindo, de qualquer modo, a escalada da civilização.*
-
9. A frase *não se sabe se por mérito próprio ou por mais um atendimento às determinações naturais* (1º parágrafo) está colocando uma dúvida quanto
- (A) à força original pela qual o homem acabou por destacar-se e diferenciar-se das demais criaturas.
 - (B) ao estigma ou à graça divina de terem os homens méritos considerados sobrenaturais.
 - (C) ao fato de a natureza estar frequentemente contrariando os desígnios humanos.
 - (D) à razão de ser que levou os homens a constituírem sociedades, a despeito das forças da natureza.
 - (E) ao motivo pelo qual a natureza está sendo destituída de suas forças por criaturas que ela mesma criou.



10. Constituem uma **causa** e sua **consequência**, nesta ordem, os seguintes segmentos:
- (A) *são imutáveis e irrecorríveis // destacaram-se dos demais viventes* (1º parágrafo).
 - (B) *Seres de natureza sociável // sentiram a necessidade de estipular princípios de comportamento* (1º parágrafo).
 - (C) *Nasceram assim os rudimentos de uma legislação // administrados por especialistas e referendados pelo poder constituído* (1º parágrafo).
 - (D) *Ao contrário do que ocorre com as leis naturais // as humanas não são nem imutáveis nem irrecorríveis* (2º parágrafo).
 - (E) *A expressão "democrática distribuição da justiça" // ficam os homens abandonados a algum poder discricionário* (2º parágrafo).
-
11. Há perfeita correlação entre os tempos e os modos verbais na frase:
- (A) Os homens não haveriam de se destacar entre as espécies caso lhes falte o desenvolvimento das propriedades que a natureza lhes legara.
 - (B) Acreditava-se que dos rudimentares princípios jurídicos dos velhos tempos venham a nascer elaborações sofisticadas que chegaram até nós.
 - (C) Não sobrevivesse em tantos homens a fúria dos instintos, não terá sido necessário tanto empenho na criação dos códigos criminais.
 - (D) Aos primeiros legisladores coube a missão de vierem a nos legar os princípios básicos e inquebrantáveis que constituem uma boa legislação.
 - (E) A menos que a sociedade se deixe orientar globalmente pela razão e pelos melhores sentimentos, não há como dispensar o rigor das leis.
-
12. Para compor adequadamente a frase, o **verbo** indicado entre parênteses deverá flexionar-se de modo a concordar com o termo sublinhado em:
- (A) Não (**cab**er) aos seres de natureza sociável esquivar-se do cumprimento dos códigos legais.
 - (B) Desde o início de sua história (**cumpr**ir) aos homens estipular as melhores normas de convívio.
 - (C) Aos estudiosos do Direito, em todas as épocas, (**compet**ir) a missão de participar ativamente da elaboração das leis.
 - (D) Aqueles em que a ética predomina não (**deix**ar) de medir esforços para que os direitos e deveres sejam bem distribuídos.
 - (E) A um homem justo não (**perturb**ar) os rigores da lei, nem ele os teme em seu posto de honradez.
-

Direito Constitucional

13. Acerca da nacionalidade a Constituição Federal dispõe que
- (A) não é possível a concessão de nacionalidade brasileira a estrangeiro residente no Brasil, condenado civilmente.
 - (B) somente por lei complementar será possível estabelecer distinção entre brasileiros natos e naturalizados.
 - (C) é privativo de brasileiro nato o cargo de Governador do Distrito Federal.
 - (D) será declarada a perda da nacionalidade do brasileiro que adquirir outra nacionalidade, em qualquer hipótese.
 - (E) aos portugueses com residência permanente no país; se houver reciprocidade em favor de brasileiros, serão atribuídos os direitos inerentes ao brasileiro, salvo os casos previstos na Constituição Federal.
-
14. Os Deputados e Senadores
- (A) não poderão, desde a expedição do diploma, ser titulares de mais de um cargo ou mandato público eletivo.
 - (B) serão obrigados a testemunhar sobre informações recebidas ou prestadas em razão do exercício do mandato.
 - (C) perderão o mandato ainda quando licenciados pela respectiva Casa para tratar, sem remuneração, de interesse particular, se o afastamento ultrapassar noventa dias por sessão legislativa.
 - (D) poderão optar pela remuneração do mandato quando investidos no cargo de Secretário do Distrito Federal.
 - (E) que abusarem das prerrogativas constitucionais a eles asseguradas não poderão perder o mandato em razão de tal hipótese não estar prevista como incompatível com o decoro parlamentar.
-



15. A representação de determinado Estado da Federação na Câmara dos Deputados é atualmente de 17 Deputados Federais. Diante disso, à luz da Constituição Federal, a quantidade de Deputados Estaduais na Assembleia legislativa respectiva será de
- (A) 40.
 - (B) 41.
 - (C) 36.
 - (D) 43.
 - (E) 38.

16. É da competência exclusiva do Congresso Nacional

- I. autorizar operações externas de natureza financeira, de interesse da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Territórios e dos Municípios.
- II. apreciar os atos de concessão e renovação de concessão de emissoras de rádio e televisão.
- III. autorizar referendo e convocar plebiscito.
- IV. fiscalizar e controlar, diretamente, ou por qualquer de suas Casas, os atos do Poder Executivo, incluídos os da administração indireta.

Nos termos da Constituição Federal, está correto o que se afirma APENAS em

- (A) I, III e IV.
- (B) II e III.
- (C) I e IV.
- (D) II, III e IV.
- (E) I e II.

Direito Administrativo

17. O exercício da convalidação pela Administração pública, nos termos do disposto na Lei nº 9.784/1999, está condicionado à
- (A) natureza jurídica vinculada do ato, tendo em vista que os atos discricionários não podem ser convalidados, porque objeto de juízo personalíssimo do administrador.
 - (B) irretroatividade de seus efeitos, de forma que o ato convalidado só pode produzir efeitos após a data do ato de convalidação.
 - (C) demonstração da existência de vício de qualquer natureza, quando a prática da convalidação se torna de rigor.
 - (D) mesma autoria, ou seja, o mesmo administrador na época da edição do ato viciado e depois, por ocasião da convalidação.
 - (E) que os vícios sejam passíveis de serem sanáveis, como os relativos à forma, e que da convalidação não resulte lesão ao interesse público nem a direito de terceiros.
18. O diretor de uma escola pública entrou em contato com um produtor de frutas da região para viabilizar a entrega de produtos para a merenda dos alunos da unidade que administra. Considerando que faltavam três meses para o fim do ano letivo, o diretor informou que contratariam o fornecimento formalmente para o início do próximo ano, ocasião em que incluiria o pagamento pelo fornecimento já realizado no corrente ano. O produtor concordou, tendo apresentado as notas de entrega dos produtos no início do ano letivo seguinte. A direção da escola, no entanto, havia mudado, cabendo ao novo diretor
- (A) instaurar procedimento para apuração dos serviços efetivamente prestados, tendo em vista que a nulidade do contrato, porque verbal, sem culpa do contratado, não afasta o dever de indenização pelos serviços já executados.
 - (B) indeferir o pagamento de qualquer ressarcimento ao contratado, considerando que contratos verbais firmados com a Administração pública são nulos, deles não sendo possível a geração de efeitos.
 - (C) apurar a efetiva prestação dos serviços e incluir os valores referentes aos serviços pretéritos no novo contrato, caso seja autorizada sua regular formalização.
 - (D) a celebração de contrato distinto para o período pretérito, precedido de processo administrativo para comprovar o efetivo fornecimento dos bens, bem como a atestação de adequação dos mesmos.
 - (E) efetuar o pagamento pelo fornecimento caso fique demonstrado que o valor não supera o montante de R\$ 10.000,00, eis que este valor dispensaria a realização de licitação.



19. De acordo com a Lei Complementar Distrital nº 840/2008, os funcionários públicos recebem subsídio ou remuneração mensal-mente, que se diferenciam ou se caracterizam por
- (A) serem constituídos de parcela única, admitindo, o subsídio, o acréscimo de vantagens pessoais, periódicas e as de caráter indenizatório.
 - (B) admitirem o acréscimo de vantagens indenizatórias, ainda que a remuneração admita outras, enquanto o subsídio não.
 - (C) não admitirem o acréscimo de vantagens e adicionais, à exceção do abono de permanência.
 - (D) admitirem apenas o acréscimo de abono de permanência e adicionais de caráter eventual, que não integram a retribuição em caráter definitivo.
 - (E) excepcionalmente admitirem o acréscimo de outros valores mensais, sendo as vantagens admitidas exclusivamente para a remuneração.
-
20. A Administração pública de determinado Município editou decreto instituindo obrigação dos administrados submeterem seus estabelecimentos comerciais e de serviços a mais um procedimento de licenciamento para funcionamento. A medida
- (A) deve ser cumprida pelos administrados porque configura regular exercício do poder normativo pela Administração pública, que pode ter natureza originária quando se tratar de matéria típica de poder de polícia.
 - (B) pode ser sustada ou convalidada pelo Poder Legislativo, pois cabe ao Tribunal de Contas o controle dos atos praticados pelo Executivo no exercício do poder normativo originário.
 - (C) é regular expressão do poder discricionário da Administração pública, mas não poderá haver negativa na expedição da licença ao administrado caso preencha os requisitos constantes do decreto autônomo editado.
 - (D) pode ser questionada no Poder Judiciário sob o fundamento de ter exorbitado os limites do poder normativo do Executivo ao instituir obrigação aos administrados.
 - (E) poderá ser anulada ou revogada pela própria Administração pública ou pelo Poder Judiciário, tendo em vista que o decreto editado abordou matéria reservada à lei, excedendo o poder normativo do Executivo.
-

Processo Legislativo

21. A Lei Complementar nº 13, de 3 de setembro de 1996, que disciplina a redação, alteração e consolidação das leis no Distrito Federal, dispõe, a respeito da estruturação das leis, que
- (A) ementa é a parte do título que qualifica a lei, denominando-a pela sua espécie, distingue a lei de outras da mesma espécie, pela numeração, e situa a lei no tempo, pela sua data.
 - (B) cada uma das espécies de lei tem numeração própria, sendo as leis complementares numeradas pela Câmara Legislativa.
 - (C) a fórmula de promulgação será colocada logo após a ementa e alinhada com o texto da lei, sendo inserida por quem a promulgar.
 - (D) não é permitida a utilização de justificção dos atos que levaram à promulgação da lei, sob a forma de considerando, antes da ordem de execução.
 - (E) as leis são numeradas com algarismos arábicos na ordem crescente de sua publicação e em sequência ininterrupta, sendo que a numeração das emendas à Lei Orgânica tem como início a data da promulgação da Constituição de 1988.
-
22. Nos termos da Lei Orgânica do Distrito Federal, constitui matéria que pode ser objeto de lei ordinária
- (A) o regime jurídico dos servidores públicos civis.
 - (B) a autorização de privatização, mediante alienação de ações de empresa pública e sociedade de economia mista.
 - (C) a lei que dispõe sobre o plano diretor de ordenamento territorial do Distrito Federal.
 - (D) o código tributário do Distrito Federal.
 - (E) a lei que dispõe sobre a organização do sistema de educação do Distrito Federal.
-
23. O Regimento Interno da Câmara Legislativa do Distrito Federal dispõe, a respeito das proposições no processo legislativo, que:
- (A) compete privativamente ao Governador a propositura de projeto de lei que vise a conceder gratuidade ou subsídio em serviço público prestado de forma indireta, com a previsão de indicação da fonte de custeio em decreto regulamentar.
 - (B) no que se refere às matérias da competência privativa da Câmara Legislativa, decreto legislativo disciplina as matérias de interesse interno da Casa, enquanto as demais matérias são reguladas por resolução.
 - (C) não são admitidas as moções de louvor, aplauso, regozijo ou congratulação.
 - (D) indicação é a proposição por meio da qual a Câmara Legislativa sugere a outro ente da Federação a execução de medidas que não se incluam na competência do Distrito Federal.
 - (E) moção é a proposição por meio da qual a Câmara Legislativa se manifesta para hipotecar apoio ou solidariedade ou para protestar sobre determinado evento.
-

**Realidade do Distrito Federal**

24. Na crise hídrica enfrentada pelo Distrito Federal em 2017, Planaltina e Sobradinho sofreram interrupção no fornecimento de água por alguns dias. A área foi considerada a mais crítica nos períodos de estiagem, pelo presidente da Companhia de Saneamento do Distrito Federal, porque
- (A) é abastecida pela barragem de Santa Maria, que chega ao nível mínimo de sua capacidade.
 - (B) depende do inconstante fornecimento de água pela barragem do Descoberto.
 - (C) o rio Barroco não tem volume de água suficiente para suprir a demanda da população.
 - (D) não dispõe de reservatórios, dependendo exclusivamente dos córregos para ser abastecida.
 - (E) a vazão do rio Capão da Onça nunca é suficiente para atender às suas necessidades.
-
25. O bioma Cerrado, característico da região do Distrito Federal, ocupa, em relação à área total do Brasil, cerca de
- (A) 10%.
 - (B) 13%.
 - (C) 24%.
 - (D) 2%.
 - (E) 50%.

Inglês Técnico

Atenção: Para responder às questões de números 26 e 27, considere o texto abaixo.

Legislative Management and Information System

In May 2001, the Sangguniang Panlalawigan (SP – Provincial Council in English) under the leadership of Vice-Governor Loreto Leo S. Ocampos embarked on the computerization of its legislative function through the acquisition of the “Legislative Management and Tracking System”. The “Legislative Management and Tracking System” or “Legtrack” as it is commonly called, is a software program developed as a tool to track, monitor and store communications, requests, proposed resolutions and ordinances, communications, Sangguniang Bayan Resolutions and ordinances from different municipalities and cities to be acted upon.

The Provincial Government only spent sixty-six thousand pesos (P 66,000.00) for the cost of installation, airfare and accommodation of two Philippine Business for Social Progress (PBSP) consultants and the training of five SP personnel on its operation and application. Now, over a million worth of software program was given to the Sangguniang Panlalawigan for free.

The SP’s “Legtrack” can be considered as one of the most updated versions of the Tracking System used by different Local Government Units in the country. It also holds the distinction of being the first “Legtrack” to be synced to a Paperless Legislation Program.

The actual performance of the Sangguniang Panlalawigan and its individual members can also be gauged through statistics on session attendance; committee meeting attendance; committee reports made, number of resolutions and ordinances authored, sponsored and passed.

Furthermore, the System upgrade(s) enhances not only the intellectual capability of the Secretariat but also its technical competence in support to the Sanggunian’s Office vows to be responsive, active and sensitive to the needs of the people. It has undergone a total of seven upgrades over the years.

(Adapted from <http://sp.misocc.gov.ph/legislative-management-and-information-system>)

26. Segundo o texto, o *Legtrack*
- (A) permite avaliar o desempenho real dos membros do *Sangguniang Panlalawigan*.
 - (B) fornece dados estatísticos sobre o número de leis e decretos em tramitação.
 - (C) substituiu um sistema eletrônico anteriormente usado pelo *Sangguniang Panlalawigan*.
 - (D) exigiu o treinamento pessoal de dois consultores e cinco funcionários.
 - (E) teve sua última atualização há sete anos.
-
27. De acordo com o texto, o *Legtrack*
- (A) está programado para responder consultas do público em geral.
 - (B) custou mais de um milhão de pesos.
 - (C) exige grande capacidade intelectual do Secretariado.
 - (D) está sincronizado com um Programa de Legislação Sem Papel.
 - (E) é a versão mais atualizada do *Tracking System* usado por outros órgãos do país.



Atenção: Para responder às questões de números 28 a 30, considere o texto abaixo.

Reno, Nevada, Improves Efficiency while Complying with Stringent Open Meeting Law Requirements

ADAMANT ABOUT TRANSPARENCY

The Reno City Council meets regularly to set priorities, approve the budget and address issues facing the community. These meetings are guided by incredibly stringent open meeting law requirements. Staff must post the agenda, along with all supporting materials, on their website at least three days prior to a meeting. Additionally, if any documents are presented during a Council meeting to help make a decision, it must be uploaded within 24 hours after the meeting.

As a Senior Management Analyst, Jaime Schroeder has been responsible for all staff reports, supporting materials and the agendas for the Reno City Council and the Reno Redevelopment Agency Board since early 2012. Back then, the agency was using a government shareware product. "We realized we had quickly outgrown that system," recalls Jaime.

The City's communications and technology departments conducted a thorough search of alternatives and narrowed the list down to three contenders. "We looked at Accela Legislative Management and realized it was the full package," says Jaime. "It was something we felt we could implement and get comfortable with quickly."

HOW ACCELA EMPOWERS RENO

One of the things Jaime appreciates about Accela is that "they believe in their product so much, you don't have to sign on for a year. With Accela, we didn't feel they were trying to get the most money they could from the agency. We felt they truly were a company that wanted to work with us and were understanding of all the different requirements we had."

City Council meetings are on average four to six hours long. In the past, citizens had to fast forward and rewind through an entire meeting online in order to find what they were looking for. "The great thing about this product and why we chose it is that the video of each meeting is integrated with the meeting documents and it also has time-stamp features, making it easy for staff and citizens to quickly find what they're interested in. I love that transparency."

THE BOTTOM LINE

Once a document is posted online, staff and citizens alike can access it through a meeting portal 24/7. When citizens request a Council or staff report, employees can simply direct them to the portal, where they can click on the meeting date, see the agenda and then click on the item that interests them. When the media requests information, the Communications department can send links to staff reports online, saving time, paper and money and helping to ensure accurate media coverage.

In the future, the City of Reno is looking forward to using the electronic voting feature available within Accela Digital Boardroom that shows meeting participants' votes on a screen during the meeting in real time.

(Adapted from <https://www.accela.com/company/customers/success-stories/reno>)

28. De acordo com o texto,

- (A) as reuniões do Conselho Municipal são semanais e têm duração média de quatro a seis horas.
- (B) a pauta das reuniões do Conselho Municipal deve ser publicada no site com um mínimo de três dias de antecedência.
- (C) toda documentação referente a uma reunião do Conselho Municipal deve ser publicada, no máximo, 24 horas após a reunião.
- (D) as reuniões do Conselho Municipal e da diretoria da Redevelopment Agency são transmitidas ao vivo.
- (E) qualquer pessoa tem acesso aos vídeos, mas não à documentação das reuniões do Conselho Municipal.

29. Segundo o texto,

- (A) Jaime Schroeder se deu conta de que o *shareware* usado já não satisfazia as necessidades da Redevelopment Agency.
- (B) o critério que prevaleceu na escolha do novo *software* foi a idoneidade da empresa produtora.
- (C) o *software* escolhido fornecia uma licença de uso de um ano.
- (D) os desenvolvedores do Accela não se mostraram muito receptivos aos requisitos da Redevelopment Agency.
- (E) o *software* custava mais do que o esperado, mas oferecia um pacote completo de funcionalidades.

30. De acordo com o texto,

- (A) o novo portal das reuniões está sendo muito apreciado tanto pelos membros do Conselho quanto pelos cidadãos em geral.
- (B) toda atualização do portal é realizada no período entre 0h00 e 7h00.
- (C) informações solicitadas pela imprensa podem ser atendidas mediante envio do *link* dos relatórios dos membros do Conselho Municipal.
- (D) o painel eletrônico de votação é mais uma funcionalidade do Accela Legislative Management já implantada.
- (E) os vídeos das reuniões ainda demandam paciência para se encontrar a informação desejada.

**CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS**

31. Considere a situação em que, durante o projeto de um sistema de controle eleitoral, um Analista de Sistemas obteve os seguintes requisitos:
- I. O cidadão exerce o papel de eleitor e pode exercer também o de mesário. Um caso de uso para cadastrar cidadão pode ter um desdobramento para os tipos eleitor e mesário.
 - II. Durante o processo de cadastro, se ocorrer de um cidadão eleitor solicitar ser também mesário, o sistema deverá realizar um caso de uso específico para cadastrá-lo como mesário.
 - III. Toda vez que um cidadão mesário necessitar acessar o sistema eleitoral para averiguar alguma situação, ele deve se “logar” e, então, sempre, nessa situação, o sistema deverá realizar um caso de uso para autenticar o mesário (validar *login* e senha).

Em um Diagrama de Caso de Uso, os relacionamentos derivados da especificação dos requisitos acima, correspondem, correta e respectivamente, a

- (A) extensão, generalização e inclusão.
- (B) generalização, extensão e inclusão.
- (C) extensão, extensão e inclusão.
- (D) generalização, inclusão e inclusão.
- (E) Inclusão, extensão e generalização.

32. Considere, por hipótese, a seguinte situação:

- Uma classe de objetos denominada *Regulamento* possui características específicas e outras provenientes de uma superclasse denominada *Lei*.
- Essa mesma classe *Regulamento* também possui outras características provenientes de outra superclasse denominada *Decreto*.
- Uma classe denominada *Minuta de Decreto* também possui características específicas e outras provenientes das superclasses *Lei* e *Decreto*.
- Os métodos invocados no tratamento das instâncias de *Regulamento* e *Minuta de Decreto* têm as mesmas assinaturas, no entanto se comportam de maneira diferente.

A situação acima denota o uso dos conceitos e princípios da orientação a objetos

- (A) encapsulamento e extensão.
- (B) multiplicidade e visibilidade.
- (C) herança múltipla e multiplicidade.
- (D) herança múltipla e polimorfismo.
- (E) expansão e polimorfismo.

33. Um time de desenvolvimento de sistemas discutia acerca dos métodos que poderiam utilizar em uma determinada demanda, considerando que:

- I. deveriam entregar *software* funcionando com frequência, na escala de semanas até meses, com preferência aos períodos mais curtos.
- II. mudanças de requisitos não deveriam ser aceitas no final do desenvolvimento para que não houvesse interferência na fase de testes.
- III. seriam blindados da interferência da área de negócios durante todo o curso do projeto.

Corresponde aos princípios do Manifesto Ágil de desenvolvimento de *software* o que consta APENAS em

- (A) I.
- (B) I e II.
- (C) II.
- (D) II e III.
- (E) III.

34. Durante uma ponderação sobre a abordagem, princípios e características do Processo Unificado, os Analistas de Sistemas concluíram, corretamente, que este utiliza

- (A) a UML como notação de apoio e linguagem de modelagem, é baseado em classes e é dirigido a modelo.
- (B) o RUP como notação de apoio e linguagem de modelagem, é baseado em processos e é centrado na arquitetura.
- (C) o BPM como notação de apoio e linguagem de modelagem, é baseado em casos de uso e é dirigido a processos.
- (D) o RUP como notação de apoio e linguagem de modelagem, é baseado em classes e é dirigido a modelo.
- (E) a UML como notação de apoio e linguagem de modelagem, é orientado por casos de uso e é centrado na arquitetura.



35. Uma equipe de Análise e Desenvolvimento de Sistemas, orientada pelo Processo Unificado – PU, executou e entregou partes de um sistema ao seu cliente, seguindo disciplinas ou fluxos de trabalho do PU que compreendem, dentre outras,
- (A) modelagem de negócio, projeto e construção.
 - (B) requisito, implementação e transição.
 - (C) concepção, implementação e testes.
 - (D) projeto, requisito e modelagem de negócio.
 - (E) projeto, construção e elaboração.

36. Considere as definições abaixo.

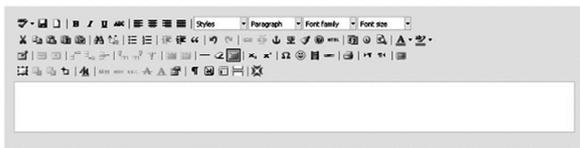
- I. Sempre que uma pessoa se dirigir ao setor de Ouvidoria para registrar uma reclamação, esta pessoa deve se identificar com seu documento de identidade. O profissional da Ouvidoria deve certificar-se que o documento seja válido.
- II. No módulo de busca, a localização dos projetos por assuntos, por ano e por autores é um processo oneroso em termos de memória e processamento devido ao alto volume de dados. Em função disso, o sistema deverá prover recursos de *multithreading* que possibilitem processar as buscas de forma paralela, de maneira que o tempo de resposta seja limitado a 30 minutos por busca.
- III. Todo Deputado da Mesa Diretora deverá receber *e-mails* de aviso por meio do sistema. As informações de recebimento e de abertura dos *e-mails* deverão ficar registradas eletronicamente.

Uma Analista de Sistemas, ao analisar as definições, conclui que

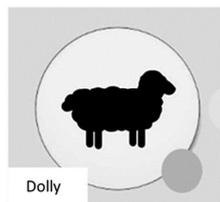
- (A) III é base para o requisito não funcional: enviar *e-mail* para Deputados da Mesa Diretora conforme critérios preestabelecidos.
- (B) I é base para a regra de negócio: validação da identificação da pessoa que registra uma reclamação junto à Ouvidoria.
- (C) II é base para o requisito funcional: tempo limite para retorno do processamento de buscas.
- (D) I é base para o requisito não funcional: validação da identificação da pessoa que registra uma reclamação junto à Ouvidoria.
- (E) todas são base para a criação de regras de negócio, que são fontes para requisitos funcionais e não funcionais.

37. Considere os exemplos de estratégias para construção de interfaces com o usuário.

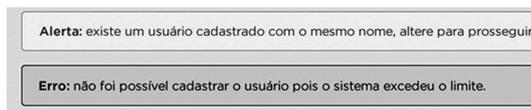
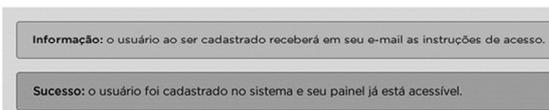
Exemplo 1:



Exemplo 2:



Exemplo 3:



Considerando que cada um dos exemplos é formado por um par de imagens, conclui-se que

- (A) todos os pares trazem nas figuras da esquerda modelos de interface incorretos ou a serem evitados e nas figuras da direita sua correspondente correção ou melhoria.
- (B) todos os pares trazem nas figuras da esquerda modelos de interface corretos ou mais adequados e nas figuras da direita o modelo correspondente com algum erro ou algo a ser evitado.
- (C) todos os pares trazem modelos de interface alternativos que são adequados para representar uma mesma ideia ou comunicação com o usuário.
- (D) no Exemplo 1, a figura da esquerda traz o modelo de interface menos indicado e a da direita seu correspondente adequado; no Exemplo 2, a figura da esquerda traz o modelo de interface mais indicado e a da direita seu correspondente inadequado.
- (E) no Exemplo 1, a figura da esquerda traz o modelo de interface mais indicado e a da direita seu correspondente adequado; os Exemplos 2 e 3 trazem na esquerda o modelo incorreto ou inadequado e na direita o correspondente melhor ou mais adequado.



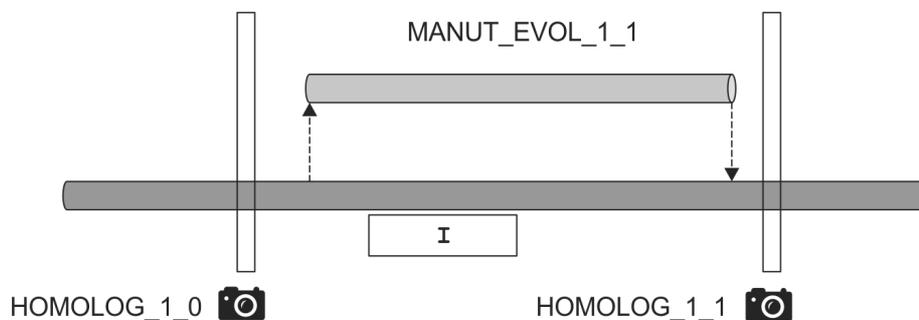
38. Uma Analista de Sistemas da Câmara Legislativa deve utilizar uma ferramenta de teste de *software* do tipo
- (A) *generator*, quando tiver a intenção de criar um ambiente que suporte a geração de um conjunto de testes depois que uma seção do *software* tenha sido modificada, podendo também selecionar um subconjunto de testes de acordo com a alteração feita.
 - (B) *regression*, quando tiver como objetivo automatizar a reexecução de casos de teste. A reexecução pode ser aleatória, baseada em caminho, baseada em modelo ou uma mistura destes.
 - (C) *harness*, quando tiver como objetivo obter um ambiente controlado em que são utilizados *drivers* e *stubs*, que são pequenos programas que interagem com o *software* sendo testado, fornecendo informações que o *software* necessita e também recebendo informações por ele enviadas.
 - (D) *coverage analyzer*, quando tiver como objetivo realizar a análise de resultados de testes por meio de recursos de visualização gráfica, a fim de avaliar medidas relacionadas à confiabilidade de acordo com modelos selecionados.
 - (E) *reliability evaluation*, quando tiver a intenção de avaliar quais e quantas entidades do gráfico de fluxo do *software* foram exercitadas entre todas as exigidas pelo critério de cobertura do teste sendo realizado. A análise é realizada com base em instrumentadores do programa que inserem sondas de gravação no código.

39. Considere que um *software* desenvolvido pela equipe de Analistas de Sistemas da Câmara Legislativa, ao longo de sua utilização, passou por processos de manutenção em que o *software* foi modificado
- I. em função de uma mudança na legislação sobre a transparência das ações públicas, que obrigou a equipe a modificar uma função do sistema diretamente atingida. Como esta mudança exigiu a disponibilidade de um grande volume de informações ao público por meio da *web*, o sistema foi migrado para outra plataforma mais robusta;
 - II. para melhorar a sua qualidade, de forma que novos recursos de acessibilidade foram incluídos. Esses recursos não estavam previstos no documento de requisitos original do sistema; e
 - III. após ter apresentado defeitos ao ser utilizado por usuários da Câmara. Embora o sistema tenha passado pela fase de testes, os erros não foram detectados. Uma nova versão do sistema foi disponibilizada após as modificações.

Nas situações I, II e III o *software* passou, correta e respectivamente, por manutenções do tipo

- (A) corretiva, evolutiva e preventiva.
- (B) adaptativa, evolutiva e corretiva.
- (C) evolutiva, adaptativa e preventiva.
- (D) adaptativa, preventiva e corretiva.
- (E) corretiva, preventiva e adaptativa.

40. Considere a figura abaixo.



(Adaptado de: <https://brunoleite.wordpress.com/2012/02/24/principios-basicos-da-gerencia-de-configuracao/>)

- Com base na estrutura de gerenciamento de configuração de *software* apresentada na figura, conclui-se corretamente que
- (A) após a liberação da versão 1.0, foi realizada a implementação de novas funcionalidades de forma conjunta, permitindo que modificações evolutivas de outros desenvolvedores fossem incorporadas à versão 1.1 por meio de um *check-in*.
 - (B) foi realizado um *merge* do arquivo HOMOLOG_1_0 com o arquivo HOMOLOG_1_1, gerando a versão MANUT_EVOL_1_1.
 - (C) a lacuna I identifica uma *baseline*, também chamada de *working area*, que é uma cópia da última versão de cada item de configuração armazenado no repositório. É sobre essa cópia que os desenvolvedores trabalham. A cópia local fica armazenada na máquina do desenvolvedor.
 - (D) HOMOLOG_1_0 identifica uma liberação da versão 1.0 para homologação e MANUT_EVOL_1_1 indica um *branch* criado para realizar uma manutenção evolutiva dando origem à versão 1.1.
 - (E) a lacuna I identifica uma *baseline*, que neste caso é utilizada quando um dos desenvolvedores deseja divulgar as modificações que fez na sua cópia local (versão 1.0) para os outros desenvolvedores. Ele faz o *check-out* de suas modificações na *baseline*, e os outros desenvolvedores realizam o *update* em suas cópias locais, gerando a versão modificada (versão 1.1).



41. Para fazer o gerenciamento de configuração de *software*, as ferramentas de controle de versões normalmente suportam a definição de diferentes políticas de trabalho, como as políticas otimista e pessimista. A política
- (A) otimista, também denominada *inclusive lock*, tem como mecanismo o *lock* reservado, que permite a outro desenvolvedor realizar um *commit* sobre o arquivo ou item de configuração.
 - (B) pessimista assume que, se um item de configuração for alterado simultaneamente por dois desenvolvedores, a quantidade de conflitos será naturalmente alta, sendo melhor tratar cada conflito individualmente quando ocorrer.
 - (C) otimista, que utiliza o mecanismo *merge* para unir as modificações efetuadas em paralelo sobre um mesmo item de configuração e produz uma nova versão deste item contendo a soma das modificações.
 - (D) pessimista pode dar origem aos *locks*, que ocorrem quando um mesmo item de configuração ou arquivo é modificado ao mesmo tempo. O *branching* é automático na maioria dos casos, mas quando ocorre um *lock*, este deve ser feito de forma manual.
 - (E) pessimista, também denominada *update lock*, tem como mecanismo o *check-in* reservado, que permite o paralelismo, mas não permite a outro desenvolvedor realizar um *commit* sobre o arquivo ou item de configuração.

42. Uma Analista de Sistemas da Câmara Legislativa ficou com a tarefa de verificar a complexidade dos trechos de algoritmo em pseudocódigo abaixo.

Trecho de Algoritmo 1:

```
para i ← 1 até n passo 1 faça
  para j ← 1 até n passo 1 faça
    mat[i][j] ← mat1[i][j] + mat2[i][j];
  fim_para
fim_para
```

Trecho de Algoritmo 2:

```
aux ← vet[1]
para j ← 1 até n passo 1 faça
  se (vet[j] > aux)
    então
      aux ← vet[j]
  fim_se
fim_para
```

Trecho de Algoritmo 3:

```
para i ← 1 até n passo 1 faça
  para j ← 1 até n passo 1 faça
    mat[i][j] ← 0
    para k ← 1 até n passo 1 faça
      mat[i][j] ← mat[i][j] + (mat1[i][k] * mat2[k][j])
    fim_para
  fim_para
fim_para
```

Considerando que o valor de *n* é maior que 1, a Analista conclui corretamente que

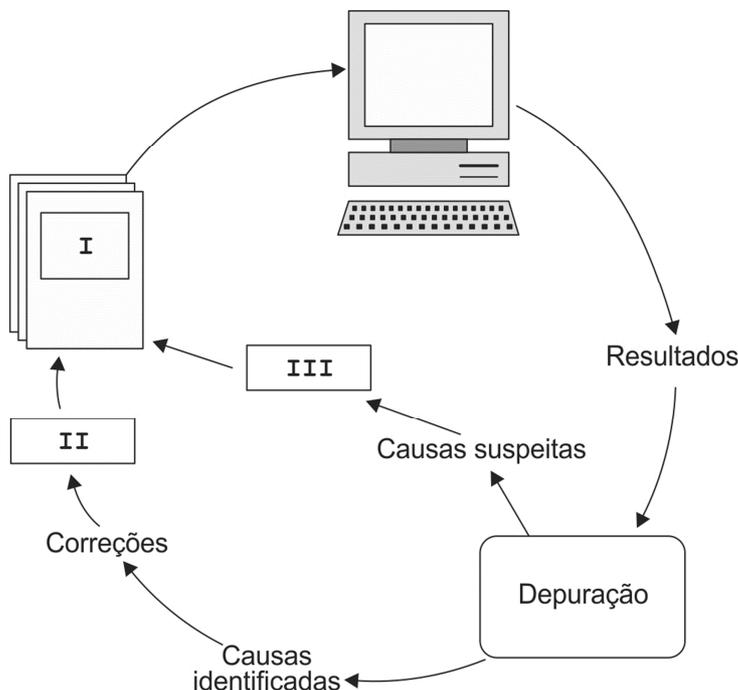
- (A) todos os trechos têm complexidade *n*, pois todos os comandos de repetição trabalham com *n* como limite.
- (B) os trechos 1 e 2 sempre terão melhor desempenho que o trecho 3, para os mesmos e altos valores de *n*.
- (C) todos os trechos podem ser executados em tempos polinomiais (em até algumas horas) para todos os valores de *n*.
- (D) o trecho 1 tem o mesmo desempenho que o trecho 3, ou seja, suas complexidades são as mesmas.
- (E) o trecho 3 tem complexidade 2^n , por isso é o único trecho que pode se tornar inviável em tempos polinomiais.



43. Considere que um Analista de Sistemas da Câmara Legislativa do Distrito Federal, em sua rotina de trabalho ao longo dos meses, realizou as tarefas listadas abaixo.
- I. Criou uma aplicação *web* utilizando linguagem de *script* em condições ideais.
 - II. Desenvolveu uma aplicação em uma linguagem de programação, utilizou um programa que traduziu o código para linguagem de máquina e disponibilizou o arquivo com o código executável para diversos funcionários utilizarem. Como havia computadores com sistemas operacionais diferentes, ele teve que criar versões do código executável para cada uma das plataformas.
 - III. Utilizou um navegador para fazer pesquisas em diversos *websites* disponíveis em páginas WWW, usando um computador conectado à internet.
 - IV. Desenvolveu uma aplicação em uma linguagem de programação, utilizou um programa que traduziu o código para uma linguagem intermediária e fez o *download* de uma máquina virtual para executar e testar a sua aplicação.

Em relação às linguagens de programação utilizadas para criar as aplicações e à linguagem na qual se baseia o navegador, conclui-se, corretamente que

- (A) em todas as tarefas as linguagens são interpretadas ou passam por uma fase de interpretação.
 - (B) na tarefa II a linguagem é orientada a objetos e na tarefa I a linguagem não permite acesso a banco de dados.
 - (C) em duas das tarefas as linguagens são normalmente interpretadas, em uma tarefa a linguagem é compilada e em uma tarefa a linguagem baseia-se em um modelo híbrido.
 - (D) na tarefa IV a linguagem é orientada a objetos e a tarefa III utiliza linguagem compilada.
 - (E) em duas das tarefas as linguagens são normalmente interpretadas, em uma tarefa a linguagem baseia-se em um modelo híbrido e em uma tarefa utiliza-se uma linguagem de marcação.
44. Considere o processo de depuração de *software* mostrado na figura abaixo.



(Fonte: PRESSMAN, Roger S; MAXIM, Bruce R. **Engenharia de software – uma abordagem profissional**. 8. ed. Porto Alegre: AMGH, 2016. p. 489)

Ao analisar a figura, um Analista de Sistemas conclui corretamente que

- (A) I se refere a Casos de Teste, II a Testes de regressão e III a Testes adicionais.
- (B) I se refere a Força bruta, II a Rastreamento e III a Eliminação da causa.
- (C) o processo de depuração, que resulta na geração de uma nova versão do *software*, ocorre como consequência de uma auditoria bem sucedida, isto é, quando um item de configuração sofre um versionamento.
- (D) no processo de depuração, o sintoma pode surgir em uma parte do programa e a causa pode estar em outra parte bem afastada. Componentes do *software* fracamente acoplados pioram esta situação.
- (E) na etapa indicada em I, denominada *backtracking*, a depuração começa no ponto onde o sintoma foi encontrado e o código fonte é investigado a partir dele até que a causa seja encontrada.



45. Considere, por hipótese, que um Analista de Sistemas da CLDF, atuando na etapa de iniciação e definição de escopo de um novo projeto, foi designado para desenvolver uma descrição clara dos objetivos do projeto e avaliar abordagens alternativas, a fim de determinar se o novo projeto é a melhor escolha, dadas as limitações de tecnologia, recursos, finanças e considerações sociais e políticas da Câmara. O documento a ser produzido pelo Analista deve conter o projeto inicial com uma declaração do escopo do produto, as entregas do projeto, as restrições de duração do projeto e estimativas de esforço e de custo com base em métodos apropriados. Este documento é relativo
- (A) ao esforço, cronograma e estimativa de custos do projeto.
 - (B) à determinação dos requisitos de negociação do projeto.
 - (C) à análise de viabilidade do projeto.
 - (D) à Estrutura Analítica do Projeto (EAP).
 - (E) ao gerenciamento do escopo do projeto.

46. Considere que uma Analista de Sistemas optou por um modelo de processo no qual o *software* é desenvolvido em uma série de versões evolucionárias. O primeiro circuito irá resultar no desenvolvimento de uma especificação do produto, passagens subsequentes serão usadas para desenvolver um protótipo e, progressivamente, versões mais sofisticadas serão produzidas. Cada passagem pelo planejamento resultará em ajustes e os custos e cronograma são adaptados de acordo com o *feedback* do cliente após a entrega. A Analista, como gerente do projeto, ajustará o número de iterações planejadas para concluir o *software*. Este modelo é denominado
- (A) Desenvolvimento Concorrente.
 - (B) Métodos formais.
 - (C) Processo Unificado.
 - (D) Baseado em Componentes.
 - (E) Espiral.

47. Em uma abordagem relativa ao custo da qualidade, uma organização fez o seguinte levantamento dos custos para descobrir e corrigir erros (ou defeitos):
- a. durante a fase de codificação: R\$ 1.000,00 cada um
 - b. na fase de testes: R\$ 5.000,00 cada um
 - c. na fase de manutenção: R\$ 10.000,00 cada um

Um Analista de Sistemas foi solicitado a fazer a avaliação dos custos de qualidade com base em 2 cenários:

Cenário 1: todos os 200 erros foram encontrados na fase de codificação.

Cenário 2: nenhum erro foi encontrado na fase de codificação, 50 erros foram encontrados na fase de testes e 150 foram encontrados na fase de manutenção.

Ao analisar os dois cenários, o Analista conclui, corretamente, que

- (A) a economia de custos associados às atividades iniciais de controle com garantia da qualidade, como indica o Cenário 1, é consideravelmente grande em relação ao Cenário 2.
- (B) se 25% dos 200 erros fossem encontrados na fase de codificação e 75% na fase de testes, os custos de correção seriam equivalentes ao do Cenário 1.
- (C) se apenas 50 erros fossem encontrados na fase de codificação, significa que os restantes 150 seriam necessariamente encontrados na fase de manutenção.
- (D) os valores dos custos de correção no Cenário 2 são 10 vezes mais altos que os custos do Cenário 1.
- (E) a fase de testes onera substancialmente os custos de desenvolvimento, pois seus custos de correção são 5 vezes mais altos que os custos da fase de codificação, devendo, portanto, ser evitada.

48. Considere que uma equipe de Analistas de Sistemas da Câmara Legislativa do DF ficou com a responsabilidade de indicar um método de análise econômica para ser aplicado nos projetos de software da instituição e apresentou-o conforme a descrição abaixo.

De um modo geral, não seria inteligente investir em um projeto com um retorno de 10% quando há outra alternativa que pode retornar 20%. Para isso é importante que seja definida uma taxa que corresponda à menor taxa interna de retorno que a instituição consideraria um bom investimento. Essa taxa será uma referência para indicar que o projeto pode alcançar pelo menos essa taxa de retorno e representa o custo de oportunidade da instituição para seus investimentos. Este valor indica a taxa mínima de retorno que um gerente de projeto deve considerar atraente antes de iniciar um projeto. Assim, deve ser mais provável que um gerente de projeto inicie um novo projeto se sua taxa exceder o nível atual de outros projetos.

De acordo com a descrição, o método escolhido pelos Analistas é denominado

- (A) *Return On Capital Employed* (ROCE).
- (B) *For-Profit Decision Analysis* (FPDA).
- (C) *Cost-Benefit Analysis* (CBA).
- (D) *Break-Even Analysis* (BEA).
- (E) *Minimum Acceptable Rate of Return* (MARR).



49. Um Analista de Sistemas de um órgão público, integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), resolveu requisitar a contratação de apoio técnico aos processos de planejamento e avaliação da qualidade das soluções de Tecnologia da Informação. De acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4 de 2014, esse apoio técnico
- (A) não poderá ser objeto de contratação, assim como qualquer outro serviço de gestão de processos de TI.
 - (B) poderá ser objeto de contratação, desde que o valor da contratação não ultrapasse R\$ 50.000,00.
 - (C) não poderá ser objeto de contratação, pois são permitidas apenas contratações de serviços de apoio à fiscalização das soluções de Tecnologia da Informação.
 - (D) poderá ser objeto de contratação, desde que sob supervisão de servidores do órgão público.
 - (E) poderá ser objeto de contratação, apenas se no Edital estiver previsto a remuneração dos funcionários da contratada.
-
50. Uma contratação de TI está sujeita a mudanças na legislação, contingenciamento orçamentário da TI, mudanças na cadeia de comando do órgão, ações impetradas na justiça contra processos licitatórios, inviabilidade tecnológica, crise política etc. Todas essas questões devem ser consideradas em um documento de Análise de Riscos, que contém a descrição, a análise e o tratamento desses fatores que possam vir a comprometer o sucesso em todas as fases da contratação. De acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4 de 2014, esse documento deverá ser aprovado e assinado pela
- (A) Equipe de Planejamento da Contratação.
 - (B) Área de Tecnologia da Informação.
 - (C) Área Administrativa.
 - (D) Equipe de Gestão do Contrato.
 - (E) Área de Gestão de Ameaças e Riscos.
-
51. De acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4 de 2014, nas contratações de Soluções de Tecnologia da Informação pelos órgãos e entidades integrantes do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP) é
- (A) proibido contratar por postos de trabalho alocados, mesmo mediante justificativa comprovada de resultados compatíveis com o posto previamente definido.
 - (B) permitido demandar a execução de serviços ou tarefas que escapem ao escopo do objeto da contratação, se houver consentimento voluntário do preposto e da contratada.
 - (C) permitido reembolsar despesas com transporte, hospedagem e outros custos operacionais, de funcionários sob a responsabilidade da contratada, salvo nos casos justificados e com o consentimento do preposto.
 - (D) permitido adotar a métrica homem-hora ou equivalente para aferição de esforço, apenas com justificativa, para permitir que os prazos de entrega sejam ajustados.
 - (E) proibido prever em Edital exigência que os fornecedores apresentem, em seus quadros, funcionários capacitados ou certificados para o fornecimento da solução, antes da contratação.
-
52. Um Comitê de Tecnologia da Informação de um órgão público integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), na sua função de atualizar os critérios de aceitação de riscos para contratações de Soluções de TI previstas no Plano Diretor de TI (PDTI), decidiu que não devem ser aceitos os riscos políticos ou sociais porque são imprevisíveis e de difícil governabilidade. Porém, decidiu que devem ser aceitos os riscos relacionados ao consumo orçamentário, visto que são mensuráveis e a legislação admite a margem de erros quantitativos em até
- (A) 5% do orçamento do órgão público.
 - (B) 25% do valor das contratações.
 - (C) 40% do valor das contratações.
 - (D) 12% do orçamento do órgão público.
 - (E) 10% do valor das contratações.

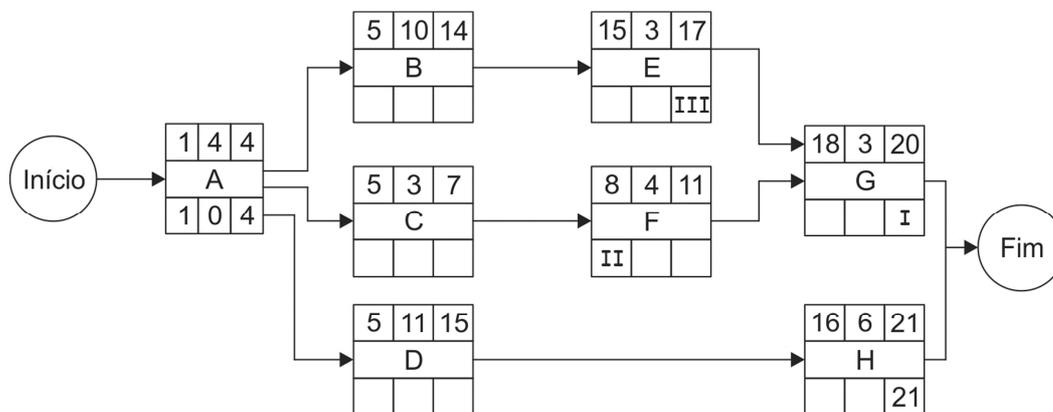


53. A confecção e assinatura do Termo de Recebimento Definitivo, para fins de encaminhamento ao pagamento de uma contratação de serviços realizado por um órgão público, integrante do Sistema de Administração dos Recursos de Tecnologia da Informação (SISP), são atribuições a cargo do
- (A) Fiscal Administrativo do Contrato e do Fiscal Requisitante do Contrato.
 - (B) Gestor do Contrato e do Diretor da Contratada.
 - (C) Diretor do Órgão e do Diretor da Contratada.
 - (D) Fiscal Técnico do Contrato e do Fiscal Administrativo do Contrato.
 - (E) Gestor do Contrato e do Fiscal Requisitante do Contrato.
-
54. As atividades de início do contrato incluem a elaboração do Plano de Inserção e do Plano de Fiscalização da contratada. Segundo a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4 de 2014, o Plano de
- (A) Fiscalização é elaborado pelos fiscais do contrato, sem a participação do gestor do contrato.
 - (B) Inserção é elaborado pelo gestor do contrato, sem a participação dos fiscais do contrato.
 - (C) Inserção e o Plano de Fiscalização poderão compor um único documento.
 - (D) Fiscalização deverá incluir o repasse à contratada de conhecimentos necessários à execução dos serviços ou ao fornecimento de bens.
 - (E) Inserção deve incluir o refinamento dos procedimentos detalhados no Modelo de Gestão do contrato.
-
55. Uma condição na qual o Estudo Técnico Preliminar de uma contratação deverá ser avaliado e assinado pela autoridade competente, de acordo com a Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 4 de 2014, será quando
- (A) as contratações tiverem qualquer orçamento estimado superior a R\$ 1.000.000,00.
 - (B) existirem suspeitas de irregularidades no processo licitatório, mesmo que haja aprovação dos integrantes técnicos.
 - (C) os integrantes técnicos declararem a viabilidade da contratação, em conformidade com os requisitos técnicos necessários ao cumprimento das necessidades e objeto da aquisição.
 - (D) os integrantes requisitante e técnico da equipe de planejamento da contratação declararem a inviabilidade da contratação.
 - (E) o integrante requisitante declarar que a contratação está em conformidade com os requisitos administrativos necessários ao cumprimento do objeto.
-
56. No projeto de construção de um novo *software*, um Analista de Sistemas utiliza a técnica “estimativa de três pontos”, originada do *Program Evaluation and Review Technique* (PERT), para obter uma média ponderada das estimativas otimista, pessimista e mais provável, quando existe incerteza em relação às estimativas das atividades do projeto. Seguindo as recomendações do PMBOK 5ª edição, o Analista poderá usar esta técnica apenas nos processos:
- (A) Estimar as durações das atividades e Estimar os custos.
 - (B) Sequenciar as atividades e Determinar o orçamento.
 - (C) Identificar os riscos, Estimar as durações das atividades e Estimar os custos.
 - (D) Estimar os custos, Determinar o orçamento e Sequenciar as atividades.
 - (E) Controlar os custos e Estimar as durações das atividades.
-
57. Seguindo a recomendação do PMBOK 5ª edição, um Analista de Sistemas poderá utilizar as técnicas de análise SWOT e análise de Monte Carlo, respectivamente, APENAS nos processos
- (A) Controlar os riscos e Realizar a análise quantitativa dos riscos.
 - (B) Planejar o gerenciamento dos custos e Planejar o gerenciamento dos riscos.
 - (C) Controlar os custos e Controlar os riscos.
 - (D) Estimar os custos e Planejar as respostas aos riscos.
 - (E) Identificar os riscos e Realizar a análise quantitativa dos riscos.



58. Em um projeto que utiliza o PMBOK 5ª edição, um Analista de Sistemas está trabalhando em um processo que tem como principal objetivo permitir que as mudanças documentadas no âmbito do projeto sejam consideradas de forma integrada, reduzindo os riscos do projeto que frequentemente resultam das mudanças feitas sem levar em consideração os objetivos ou planos gerais do projeto. Dentre outras atividades, o Analista revisa todas as solicitações de mudança ou modificações nos documentos do projeto, entregas, linhas de base ou plano de gerenciamento do projeto e aprova ou rejeita as mudanças. O Analista está trabalhando no processo
- (A) Realizar o controle integrado de mudanças, que está inserido no grupo de processos de Monitoramento e controle da área de conhecimento de Gerenciamento da integração do projeto.
 - (B) Gerenciar o trabalho do projeto, que está inserido no grupo de processos de Execução e na área de conhecimento de Gerenciamento de recursos humanos do projeto.
 - (C) Realizar o controle integrado de mudanças, que está inserido no grupo de processos de Execução e na área de conhecimento de Gerenciamento de recursos humanos do projeto.
 - (D) Gerenciar a equipe do trabalho, que está inserido no grupo de processos de Execução e na área de conhecimento de Gerenciamento da integração do projeto.
 - (E) Realizar a garantia da qualidade, que está inserido no grupo de processos de Monitoramento e controle e na área de conhecimento Gerenciamento da qualidade do projeto.

59. O diagrama abaixo é utilizado para determinar o caminho crítico de um projeto com base no PMBOK 5ª edição.



Os valores que preenchem corretamente as lacunas I, II e III, no diagrama, e o caminho crítico são corretamente definidos em

	I	II	III	Caminho crítico
A	21	15	18	A, D, H
B	20	15	18	A, B, E, G
C	21	15	19	A, C, F, G
D	20	14	17	A, C, F, G
E	21	14	17	A, D, H

60. Com base nas descrições de papéis do PMBOK 5ª edição, uma organização deseja contratar um Gerente de Projetos. O contratado para este cargo deverá
- (A) se concentrar principalmente em proporcionar a supervisão de gerenciamento das unidades funcionais ou de negócios.
 - (B) ser responsável pela supervisão, orientação e controle das operações de negócios, respeitando políticas, normas e regulamentos.
 - (C) otimizar o uso de recursos organizacionais compartilhados entre todos os projetos e monitorar a conformidade com os padrões e políticas.
 - (D) gerenciar as metodologias, padrões, riscos e oportunidades globais, métricas e interdependências entre os projetos, no âmbito da empresa.
 - (E) ser responsável pelo atendimento às necessidades das tarefas, da equipe e individuais, tornando-se o elo entre a estratégia e a equipe.